



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
MINAS GERAIS

1 Ata da 236ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos vinte e quatro dias do
3 mês de fevereiro de 2011, com início às 14h em sua sede. Em obediência ao
4 ato presidencial convocatório e às normas regimentais, procedeu-se a
5 chamada geral pela Secretária Executiva, Vânia Cristina do Carmo Krauss,
6 constatando-se a existência de quorum para o início da reunião. Estavam
7 presentes os seguintes Conselheiros: Ananias Neves Ferreira (Titular - Centro
8 Voluntariado de Apoio ao Menor), Maria Margareth Pereira (Titular -
9 Providência Nossa Senhora Conceição), Claudinei dos Santos Lima (Titular -
10 Axé Criança), Maressa da Silva Miranda (Titular - SEDESE), Andréia Cristina
11 Barreto (Titular - KNH - Brasil), Ricardo Augusto Zadra (Titular - Secretaria de
12 Estado Fazenda), Silmônica Tocafundo (Titular - Sindicato dos Empregados em
13 Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais
14 - SINTIBREF/MG), Elaine Rocha Maciel (Suplente - Secretaria Defesa Social),
15 Rosemary Leite Mattos (Titular - Secretaria de Estado da Educação), João
16 Alves Crisóstomo (Titular - Associação Pingo de Luz), Olívia Fátima Braga
17 Melo (Titular - Polícia Civil), Maria Aparecida Santos Queiroz (Titular -
18 Associação Papa João XXIII no Brasil), Elizabeth Moreira dos Santos (Suplente
19 - Associação Mineira de Reabilitação), Elias Oliveira Soares (Titular -
20 Movimento Social Brasileiro Cidadania Urgente), Mariluce Gelais Filogonio de
21 Souza (Titular - UBEE - Crensendo), Aleth Barone Costa (Suplente - SEDESE),
22 José Ismar da Costa (Suplente - Sindicato das Instituições Beneficentes,
23 Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais - SINIBREF/MG).
24 **Justificada a ausência:** Cláudia de Souza Barbosa Garcias (Titular - CRESS -
25 Conselho Regional de Serviço Social), Maria Auxiliadora Sales Gonçalves
26 (Suplente - Secretaria de Estado Fazenda), Fernando Coutinho Libânio (Titular
27 - Secretaria de Estado da Saúde), Paulo Oséas de Carvalho (Suplente -
28 Fundação Benjamin Guimarães/Hospital da Baleia), Luciano de Souza Lima
29 (Suplente - Associação Movimento Cultural Negro de Manhuaçu), Andréia
30 Aparecida Cunha Soares (Suplente - Polícia Civil), Maria da Consolação Faria
31 (Suplente - Instituto de Educação e Construção da Cidadania - INECC),
32 Cleverson Natal de Oliveira (Suplente - PMMG), Ricardo Luiz Amorim G.
33 Foureaux (Titular - Polícia Militar/MG), Milton Henriques de Oliveira (Suplente -
34 Associação de Deficientes do Oeste de Minas - ADEFOM), Gláucia Brandão
35 (Titular - Assembléia Legislativa), Mirian Carla Cury (Suplente - Instituto Maria
36 Glória Pinheiro/Instituto Góia), Ronaldo Araújo Pedron (Titular - Secretaria de
37 Defesa Social), Fernando Henrique Guimarães Resende (Suplente - SEPLAG).
38 **Ausentes:** Dov Rosenmann (Suplente - Fundo Cristão para Crianças), Juliana
39 Marques Resende (Suplente - Sindicato dos Psicólogos/MG), André Quintão
40 (Suplente - Assembléia Legislativa de Minas Gerais), Clarice de Oliveira Borges
41 Ferreira (Titular - SEPLAG), Ricardo Antonio de Souza Freitas (Suplente -
42 Projeto de Reintegração Social - Proreis). Convidados: Ivan Ferreira da Silva,
43 Hudson Roberto Lino, Vereador Adriano (Ipatinga), Maria Alice Silva (Frente de
44 Defesa). O Presidente **Ananias Neves Ferreira** abriu a sessão plenária
45 ordinária do CEDCA/MG cumprimentando a todos e informando a presença de

46 15 Conselheiros neste início de sessão. Logo em seguida passou ao primeiro
47 ponto da pauta: Aprovação da **Ata** Plenária realizada em **Janeiro/2011**, que foi
48 colocada em votação e aprovada sem ressalvas, pela unanimidade dos
49 Conselheiros presentes. Na oportunidade solicitou que fosse registrada a
50 presença dos ex-Conselheiros, Ivan Ferreira da Silva e Hudson Roberto Lino,
51 homenageando-os e reconhecendo os serviços prestados a esse Colegiado e à
52 infância e adolescência. Ainda com a palavra informou que precisará sair mais
53 cedo para ir ao médico, deixando a condução dos trabalhos com a Vice-
54 Presidente. Diante do exposto, a Conselheira **Andréia Cristina Barreto** propôs
55 uma inversão da pauta, ficando o Plano de Ação / 2011 para depois da
56 discussão do item da pauta: Projetos e matérias em tramitação nas Comissões.
57 Justificou que assim o plenário poderia contar com a presença do Presidente
58 nestas questões deliberativas. Na sequência, foi lido na íntegra pelo
59 Presidente, ofício encaminhado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento
60 Social, Dr. Wander José Goddard Borges: “informamos que no momento não
61 há possibilidade de disponibilizarmos um assessor jurídico e um profissional de
62 comunicação exclusivamente para atendimento a esse Conselho, pois, o corpo
63 técnico desta Secretaria é restrito a atende a todas as áreas desta pasta”.
64 “Porém, estamos receptivos às necessidades e demandas desse Conselho,
65 assim como aos demais vinculados à SEDESE”. “Colocamo-nos a disposição
66 nas situações que se configurem tal necessidade”. “As demandas pontuais
67 devem ser encaminhadas à Subsecretaria de Direitos Humanos, que dará os
68 encaminhamentos necessários ao atendimento adequado como sempre foi
69 feito. Por fim, nossa Assessoria Jurídica e de comunicação estão aptas a
70 apreciação dos pleitos desse Conselho”. Ainda com a palavra informou a
71 nomeação da nova Subsecretária de Direitos Humanos, Gláucia Brandão, que
72 atualmente representa a Assembléia Legislativa como Conselheira neste
73 CEDCA/MG, tendo como suplente o Deputado eleito em novo mandato, André
74 Quintão. A partir deste momento surgiu breve discussão acerca da
75 necessidade de novos atos e designação de representantes da Assembléia
76 Legislativa no Conselho, tendo em vista o início de novo mandato do Deputado
77 André Quintão, e no caso de Gláucia Brandão, nomeada como subsecretária
78 pela SEDESE. Citou também o caso do Conselheiro representante da
79 Secretaria de Defesa Social, Ronaldo Araújo Pedron, que foi exonerado e
80 depois reconduzido ao mesmo cargo. Houve, contudo, segundo o Presidente
81 um período de vacância que talvez exija novo ato de nomeação como
82 Conselheiro Estadual. Finalizou informando que isto será verificado com calma
83 e definido se serão encaminhados ofícios solicitando indicações e nomeações
84 de Conselheiros governamentais, quando for o caso. Algumas Secretarias
85 ainda estão publicando seus atos. Logo após **Ricardo Augusto Zadra** pediu a
86 inclusão de outro ponto de pauta, perguntando se ainda podia propô-lo naquele
87 momento, tendo em vista não ter sido votada ainda a inversão da pauta
88 proposta pela Conselheira Andréia Cristina Barreto. Disse tratar-se de assunto
89 delicado e com algumas nuances: A eleição da Mesa Diretora na sessão
90 plenária em fevereiro, como prevê o Regimento Interno do CEDCA/MG. Na
91 oportunidade citou o artigo 10 do referido documento: “O Conselho elegerá,
92 dentro seus membros titulares e pelo voto mínimo de 2/3, a sua Diretoria
93 Executiva, composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário
94 Geral, com o mandato de um ano, com direito a uma recondução, garantindo-
95 se a alternância nos cargos respectivos, de representação governamental e da

96 sociedade civil”. Citou ainda o artigo 36: “O mandato dos representantes da
97 sociedade civil coincidirá com o ano civil, sendo que a primeira plenária do
98 novo mandato acontecerá no mês de fevereiro, com a eleição da nova
99 Diretoria”. Argumentou que existem duas situações, um artigo dá à Mesa
100 Diretora um ano de mandato e outro que fala da eleição na plenária de
101 fevereiro. Solicitou a inclusão deste assunto na pauta de discussão desta
102 plenária de fevereiro. O **Presidente** respondeu ao Conselheiro que em relação
103 aos artigos citados, em questão, referente ao Regimento Interno, não se deve
104 ater somente ao caput, mas ao contexto. Lembrou da distorção ocorrida
105 quando da eleição anterior, que acabou por omitir este artigo 10, no que
106 concerne à regra de desempate. Em seu entendimento não existe termo inútil
107 em normativa, mas questões polêmicas de momento. O Art.36 prevê a eleição
108 na primeira plenária do novo mandato, contudo, ressalta ele: “estamos ainda
109 em curso deste mandato para que se proceda à nova eleição”. Esclareceu que
110 não se inicia agora nova gestão da sociedade civil, mas mandato da sociedade
111 civil ainda em curso. O Regimento Interno prevê a realização dessa eleição na
112 primeira sessão, e na época de sua publicação estava começando um novo
113 mandato da sociedade civil, o que não é o caso agora. Naquele momento não
114 aconteceu eleição do Presidente na primeira sessão, passando para a próxima.
115 O ex-Presidente James Pinheiro, quando de sua eleição pode presenciar tal
116 fato, não acontecendo na primeira sessão do mandato. Em seu entendimento
117 pode-se até prorrogar o mandato, se outros interesses interferirem no
118 processo. Conta-se o período do mandato que é de um ano, ou seja, a partir da
119 data da posse do Presidente. A Vice-Presidente **Maressa da Silva Miranda**
120 interveio para dizer que até entende a questão do mandato ser de um ano e só
121 terminar em maio, contudo, o Conselho poderá enfrentar problemas daqui dois
122 anos, quando terminar o mandato da sociedade civil. O último mandato da
123 Mesa Diretora vai durar somente sete meses, ou vamos deixar que aconteça
124 com um ano e sete meses?.Ressaltou que é preciso ver uma forma de
125 compatibilizar esses dois tempos. **Ricardo Augusto Zadra** interveio para dizer
126 que não propôs esta discussão para polemizar ou questionar o mandato da
127 Mesa Diretora, ou qualquer ação feita no passado. Que quando tem uma
128 dúvida gosta sempre de trazer em plenário para que possa ser respondida.
129 Reconheceu que o Presidente é mais sábio na área jurídica do que ele,
130 contudo, disse que não entendeu direito a explicação que lhe foi dada. Lendo o
131 Regimento Interno colocou o que entendeu do texto, e o Presidente esclareceu
132 como questão de ordem, que o mandato é de um ano a contar da posse. Acha
133 que a Vice-Presidente tem razão ao argumentar que na reforma do Regimento
134 Interno deve-se equalizar a questão dos meses, para que um segmento não
135 fique com menos tempo de gestão que outro. Terminada essa discussão foi
136 colocada em votação a **inversão da pauta** proposta pela Conselheira **Andréia**
137 **Cristina Barreto** no início da sessão, sendo **aprovada** pela unanimidade dos
138 Conselheiros presentes. Em seguida passou ao próximo ponto da **pauta:**
139 **Projetos e matérias em tramitação** nas Comissões Temáticas. O Presidente
140 apresentou o projeto de retirada de valor captado - CAC, nº47/2010, intitulado:
141 **Inclusão Social e Sustentabilidade**, no valor R\$215.648,80, proponente:
142 **Associação Projeto Providência**. Foi informado que as Comissões de
143 Orçamento e Finanças e de Políticas Públicas já haviam se manifestado a favor
144 da aprovação do referido projeto em seus pareceres. Este projeto foi colocado
145 em **votação e aprovado por 13 votos a favor**. O Conselheiro **Ricardo**

146 **Augusto Zadra** proferiu ato de abstenção de voto. Na sequência o **Presidente**
147 informou que há um projeto em tramitação nas Comissões, que só será
148 apresentado na plenária de março, mas que gostaria de fazer conhecer o
149 despacho dado por ele no processo, que se encontra com o Conselheiro da
150 COF, Elias Oliveira Soares para emissão de parecer. Trata-se do projeto
151 **nº34/2010**, de referendo do Banco do Brasil, apresentado pela **Escola de**
152 **Menores São Vicente de Paulo**, intitulado Faça uma Criança Sorrir. Explicou
153 que neste ano o Edital do Banco do Brasil para financiamento de projetos de
154 Entidades, se aplica a Resolução nº137 do CONANDA, que em seu artigo 13,
155 parágrafo 3º prevê que 20% do recurso ficará retido no respectivo Fundo para
156 a Infância e Adolescência. Informou que o Banco anunciou um repasse de 2,3
157 milhões de reais de renúncia fiscal aos fundos, e como vamos ter outros
158 processos de referendo com esses mesmos parâmetros, é melhor os
159 Conselheiros tomem conhecimento desde já. Explicou que foi por este motivo
160 que encaminhou o processo de referendo às duas Comissões Temáticas para
161 análise, para que ficasse clara essa nova modalidade, sendo que o recurso de
162 referendo, anteriormente não passava pelo FIA, agora é lá creditado. A seguir
163 procedeu a leitura de **despacho** dado neste processo, em seu inteiro teor:
164 “Pelo Edital do Banco do Brasil, fls, 03,04 e 06, aplica-se a Resolução nº137,
165 de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
166 Adolescente, dada em toda chancela de Projetos, o Conselho terá de reter no
167 mínimo 20% (vinte por cento) dos recursos captados”. “Diante disso,
168 entendemos que o presente convênio deve obedecer às disposições
169 supracitadas”. “Contudo, ouça-se a COF e a CPP”. Belo Horizonte,
170 15/02/2011. Ananias Neves Ferreira. Logo após, **Ricardo Augusto Zadra**
171 interveio para dizer que o Conselho ainda não está adotando a Resolução
172 nº137 do CONANDA. Que deve ser definido se a Resolução será utilizada ou
173 não, tendo em vista este período de transição. Em seu entendimento e também
174 do Presidente, essa retenção é benéfica porque fortalece o Fundo para a
175 Infância e Adolescência, mas como este caso é diferente dos outros
176 referendos, deve ser objeto de estudo. Ricardo Augusto Zadra ressaltou que
177 com essa forma de captação, o CEDCA/MG estará abrindo uma nova forma de
178 financiamento que precisará ser disciplinada e regulamentada, pois, não se
179 trata de recurso de emenda parlamentar, de CAC e nem de Edital de FIA, mas
180 de uma nova modalidade. O **Presidente** interveio dizendo que este é
181 realmente o único meio correto de fazer renúncia fiscal, e que agora o Banco
182 do Brasil acertou ao passar aos Conselhos essa chancela dos projetos, retendo
183 os 20% que acabará por fortalecer o FIA. A Conselheira **Maria Aparecida**
184 **Santos Queiroz** reforçou essa idéia, acreditando que passa por aí o
185 fortalecimento dos Conselhos nos pequenos municípios. Em alguns, isto já
186 acontece, com recurso destinado pela CEMIG às Entidades que atuam na área
187 da criança e do adolescente. Falou que o CEDCA/MG deve ter um olhar
188 diferenciado em relação aos projetos e entidades que dependem desse recurso
189 para sobreviver. Lembrou que o ano de 2010 foi um período morto, em que não
190 foram financiados projetos com recurso do FIA, tendo em vista a não
191 publicação do Edital. Relatou a situação de dificuldade em que muitas
192 entidades do interior estão enfrentando, uma situação verdadeiramente
193 calamitosa. Em seguida o **Presidente** passou a palavra à Coordenadora da
194 Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares, para o relato e
195 encaminhamento dos assuntos desta Comissão. **Andréia Cristina Barreto**

196 começou informando a proposta de realização de um Encontro / Seminário do
197 CEDCA/MG nos moldes do evento realizado pela Comissão de Medidas
198 Sócioeducativas em dezembro/2010, com a presença de palestrante
199 (especialista) abordando um tema, no caso, a Resolução nº137 do CONANDA.
200 Ressaltou a importância e a urgência dessa discussão, tendo em vista o prazo
201 exíguo para publicação do Edital para financiamento de projetos pelo FIA. No
202 momento não há recurso para a realização do Encontro, mas a Comissão
203 solicitou a aprovação da plenária com a sugestão de agenda, uma data entre
204 os dias 28/03 a 01/04/2011. A Comissão pensou em convidar pessoas de fora,
205 palestrante do CONANDA, de onde saiu esta Resolução. A proposta de
206 realização deste evento apresentada pela Comissão de Apoio aos Conselhos
207 Municipais e Tutelares foi colocada em **votação e aprovada** pela unanimidade
208 dos Conselheiros presentes. Na sequência O **Presidente** informou que as
209 contribuições para a Comissão de Legislação e Atos Normativos ficará
210 esperando pelo resultado das discussões oriundas desse Encontro da
211 Comissão, que com certeza, que muito contribuirá no entendimento da
212 Resolução nº137. Em relação às minutas das Resoluções do FIA e CAC disse:
213 “tão logo passe o carnaval nos debruçaremos sobre a matéria”, lamentando o
214 fato de terem chegados poucas contribuições dos Conselheiros. A Vice-
215 Presidente **Maressa da Silva Miranda** relatou que durante seus estudos sobre
216 o FIA descobriu coisas que não sabia, como por exemplo, que se pode fazer
217 sim retiradas parciais. Que o esforço dela no momento é para concluir a
218 compilação das contribuições do Regimento Interno para a Comissão de
219 Legislação e Atos Normativos. O Conselheiro **Ricardo Augusto Zadra**
220 interveio para dizer que o que conta neste caso, não é o fato de ser permitido
221 ou não essa retirada parcial, mas a maneira como é feita. A seguir passou-se
222 ao **relato da Comissão de Medidas Sócioeducativas**. A Conselheira **Elaine**
223 **Rocha Maciel** informou que somente ela compareceu na reunião da Comissão,
224 que quando chegou foi informada de que a Conselheira do CEAS, Cristiane
225 Nazaré da Silva ficara esperando até aquele momento (por volta das 10:30h).
226 Informou que lhe foi entregue documento encaminhado à Comissão pelo
227 Presidente, para apreciação e emissão de parecer, e tendo em vista o assunto
228 ser pertinente à sua pasta, levou para responder a apresentar esclarecimentos
229 em plenária. Trata-se da situação das vagas em Centros Sócioeducativos de
230 internação, em especial nos municípios de Betim e Contagem. A Conselheira
231 informou que: “considerando levantamentos técnicos de localização e
232 demanda, bem como, a necessidade de qualificação do atendimento autor de
233 ato infracional, a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócioeducativas -
234 SUASE elencou como uma das metas a construção de um Centro
235 Sócioeducativo na região metropolitana de Belo Horizonte, com prioridade para
236 Betim / Contagem”. “Após requisição da SUASE no mês de maio/2010, a
237 Prefeitura de Betim indicou uma área para a construção do Centro, proposta
238 que já foi analisada e aprovada pela Secretaria de Defesa Social e pelo
239 DEOP”. A Prefeitura de Betim encaminhou à Câmara projeto de lei autorizando
240 a doação do terreno, e tão logo seja aprovada, se iniciará os procedimentos
241 para a construção da unidade. Em relação a Contagem, também foi feita
242 reunião em que a Prefeitura confirmou o interesse em indicar uma área para
243 construção de Centro Sócioeducativo. O Conselheiro **Elias Oliveira Soares**
244 perguntou como estão as negociações para a construção do Centro na região
245 do Vale do Aço. A Conselheira **Eliane Rocha Maciel** informou que

246 aconteceram audiências públicas na região, num esforço para que o Centro
247 fosse construído em Ipatinga. Não foi possível, tendo em vista que o município
248 encontra-se saturado de construções e sem a possibilidade de se conseguir um
249 terreno com as condições técnicas aceitas pelo DEOP. Tudo indica que será
250 construído Centro Sócioeducativo em Santana do Paraíso, em área cedida pela
251 CENIBRA, uma área que atende às especificações do DEOP e já com Plano
252 aprovado. O Prefeito achou por bem fazer uma audiência pública para ouvir os
253 atores sociais e a comunidade como um todo. A construção iniciará em breve.
254 O Conselheiro **Elias Oliveira Soares** ressaltou o esforço da CENIBRA com a
255 doação do terreno para o Centro, bem como das lideranças locais, citando
256 Dona Ione e Hudson, em prol das crianças e adolescentes. Propôs o envio de
257 uma **carta à CENIBRA** agradecendo por acreditar na rede e na luta pela
258 garantia de direitos de crianças e adolescentes em sua região. **Proposta**
259 **acatada por todos**. Na sequência **João Alves Crisóstomo** perguntou sobre o
260 andamento das obras de construção do Centro na região Noroeste. **Elaine**
261 **Rocha Maciel** respondeu que a informação é a mesma passada na plenária de
262 Paracatu, que o Centro será construído em Unaí, e todo o processo já foi
263 aprovado (com as licitações já feitas) e as obras estão por começar. A
264 Secretária da Frente de Defesa, **Maria Alice da Silva** manifestou sua
265 preocupação em relação a mais uma morte de adolescente em Centro
266 Sócioeducativo, fato amplamente divulgado em matéria publicada em Jornal.
267 Manifestou-se ainda em relação à diminuição de recurso no orçamento da
268 Secretaria de Defesa Social, destinado à construção de Centros
269 Sócioeducativos em 2011. Não que internação seja prioridade, afirmou ela,
270 mas, que não há recurso para construção de nenhum Centro este ano. Na
271 oportunidade ressaltou a importância do fortalecimento das medidas em meio
272 aberto. A Conselheira **Elaine Rocha Maciel** respondeu que realmente houve
273 corte para este ano, que alguns atrasos acontecem devido ao processo moroso
274 de licitação e de doação dos terrenos pelas Prefeituras. Que a liberação de
275 recurso orçado para construção de alguns Centros será em 2012, mas renovou
276 o compromisso do atual Secretário, priorizando as medidas sócioeducativas em
277 sua gestão. Em relação às medidas em meio aberto, os municípios devem
278 arcar com suas responsabilidades, o Estado apóia e assessora, mas não é o
279 responsável pela gestão da medida. Informou que o Centro Sócioeducativo em
280 Belo Horizonte (Horto) já está pronto e será inaugurado em março. Na
281 sequência o Conselheiro **João Alves Crisóstomo** falou da necessidade de
282 uma visita em unidade de internação em Várzea da Palma, que está sob a
283 administração de uma Entidade, e o Estado não tem conhecimento da situação
284 em que os adolescentes cumprem a medida restritiva de liberdade. Relatou
285 caso de abuso envolvendo pessoa ligada ao Centro, que a direção acaba de
286 ser retirada e empossada outra. A Conselheira **Elaine Rocha Maciel** informou
287 que existem muitas unidades como essa, inclusive com o aval do Poder
288 Judiciário para funcionar, e o Estado não tem como ser responsabilizado. Tais
289 Centros são construídos sem conformidade com o SINASE, sem as
290 especificações arquitetônicas condizentes. A Conselheira aproveitou para
291 informar a existência de um movimento dentro do Sindicato dos Agentes
292 Sócioeducativos para conseguir o porte de arma dentro dos Centros
293 Sócioeducativos, alegando que os adolescentes são “bandidos” e que a política
294 deveria ser a mesma adotadas em unidades prisionais. Querem usar capacete,
295 escudo e armas de fogo, e programas sensacionalistas de televisão reforçam

296 essa ideologia perversa. Reconhece que é preciso nos organizar mais para
297 defender o sistema sócioeducativo, pois, infelizmente ainda têm ocorrido
298 mortes dentro das unidades de internação. Logo após foi concedida a palavra à
299 Conselheira **Mariluce Gelais Filogônio**, que informou que a **Comissão de**
300 **Políticas Públicas** não se reuniu. Que a Conselheira do CEAS, Cristiane
301 Nazaré da Silva esteve no CEDCA/MG como convidada e a reunião não
302 aconteceu. Fez um apelo para uma participação maior dos Conselheiros nesta
303 Comissão, para que se possam buscar estratégias para solução dos
304 problemas, talvez uma recomposição. O **Presidente** interveio para dizer que,
305 se as Comissões não se reúnem e não atuam, não há como o CEDCA/MG
306 avançar. A seguir, a Conselheira **Andréia Cristina Barreto** informou a
307 publicação de projeto de lei pela Assembléia Legislativa sobre capacitação de
308 conselheiros da sociedade civil. Que a normativa não estava clara e não se
309 sabe quem a propôs, sendo informado que não partiu da SEDESE e nem do
310 CEDCA/MG. O Presidente informou que apesar de ter ficado alguns dias de
311 repouso e sem contato com a Assembléia Legislativa, ficou sabendo de
312 algumas dessas publicações. Esclareceu que pode ocorrer equívocos ao se
313 elaborar parecer técnico por alguma assessoria a determinado projeto de lei,
314 ou mesmo ressuscitar antigos projetos que vem de mandato anterior de algum
315 Deputado. Na oportunidade solicitou que a Secretaria Executiva / Comissão de
316 **Atos Legislativos e Normas acompanhasse** essas publicações e que seja
317 estudada sua legalidade e aplicabilidade, bem como verificar como devemos
318 nos portar frente a ela, como órgão colegiado. **Proposta acatada.** Na
319 sequência pediu licença para sair e passou a condução da reunião para a Vice-
320 Presidente, que abordou o próximo ponto da pauta: **Calendário das plenárias**
321 **2011.** O Conselheiro **Claudinei dos Santos Lima** informou que fará curso de
322 mestrado e as aulas obrigatórias acontecerão nas quintas-feiras, inviabilizando
323 sua participação nas plenárias. Depois de breve discussão em torno das várias
324 sugestões de datas e agendas sendo propostas, foi colocada em votação após
325 consenso, a seguinte proposta: As reuniões acontecerão às **quartas quintas-**
326 **feiras do mês, às 14h.** As Comissões Temáticas se reunirão um dia antes das
327 plenárias ordinárias. Caso as Comissões Temáticas queiram se reunir de forma
328 extraordinária em outra data, que apresente seu calendário na próxima plenária
329 para conhecimento. **Aprovada.** Na sequência, foi lida a justificativa de
330 ausência dos seguintes Conselheiros: Maria da Consolação Faria, Luciano de
331 Souza Lima, Cláudia Barbosa Garcias, Mirian Carla Cury, Fernando Coutinho
332 Libânio, Cleverson Natal de Oliveira e Ricardo Amorim Foureaux. Logo após
333 passou-se ao último ponto da pauta: **Plano de Ação do CEDCA/MG 2011.**
334 Com a palavra a Conselheira expositora do Plano de Ação, **Andréia Cristina**
335 **Barreto** informou que se tratava de um documento com nove páginas e
336 dificilmente conseguiria vencê-lo nesta reunião, e que depois de apresentado
337 na plenária de 15/12/2010 chegaram poucas contribuições dos Conselheiros,
338 que foram consolidadas. Algumas coisas foram acrescentadas e outras suprimidas,
339 pegando os 4 objetivos do Planejamento Estratégico do CEDCA/MG. Foi
340 informado que chegaram somente quatro contribuições de Conselheiros desde
341 sua apresentação em 15/12. O Plano de Ação 2011 possui quatro objetivos
342 que são: Objetivo 1 - Construir parâmetros para a efetivação da Política Pública
343 para a Criança e o Adolescente no Estado de MG, de forma articulada e
344 participativa, com o eixo: Política Pública de Assistência Social / proteção
345 especial. Possui responsáveis (Instituição), parceiros e conselheiro da

346 Comissão responsável. Foram informadas as metas desse objetivo, sendo a
347 primeira delas: Execução de Medidas Sócioeducativas em Meio Aberto; e
348 outras metas ligadas à promoção de atividades de criação e espaços de
349 cultura, saúde mental de crianças e adolescentes; garantia do acesso à
350 educação para todas as crianças. Os objetivos 2, 3 e 4 são os que se seguem:
351 Objetivo 2 - Promover a articulação entre o CEDCA/MG, os outros estados,
352 demais órgãos para a ampliação e/ou melhoria da execução das políticas
353 públicas e do indicadores sociais para a criança e o adolescente em MG.
354 Objetivo 3 - Monitorar o Orçamento Criança e Adolescente - OCA Estadual de
355 maneira integrada com o federal, visando o aumento de recursos para a
356 política da criança e do adolescente e sua alocação atendendo às
357 necessidades regionais do Estado. Objetivo 4 - Fortalecer e reordenar a
358 estrutura do CEDCA/MG. Como este último objetivo não possui Comissão
359 Temática responsável ficará possivelmente com a Mesa Diretora. Tais objetivos
360 não foram discutidos detalhadamente, um a um, devido o avançado da hora.
361 Surgiram várias discussões sobre a forma de abordar esse Plano e estudá-lo,
362 tendo em vista que alguns Conselheiros ainda não o leram, não sendo possível
363 trabalhá-lo naquele momento. A Vice-Presidente, **Maressa da Silva Miranda**
364 sugeriu que os Conselheiros lessem o Plano e trabalhassem por e-mail,
365 ressaltando que todos devem ter compromisso com as questões do
366 CEDCA/MG. Sugeriu também que as propostas não sejam tão genéricas, mas
367 já pensando como ações para fazer acontecer as diretrizes (termos como
368 garantir, fomentar, etc). Em seguida, a **Vice-Presidente** pediu licença para sair,
369 ficando a condução dos trabalhos com a Conselheira **Andréia Cristina**
370 **Barreto**. Neste instante, a Conselheira **Mariluce Gelais Filogônio** sugeriu que
371 as Comissões se reúnam, discutam e tragam suas contribuições em uma
372 próxima plenária. A Conselheira **Maria Aparecida Queiroz** falou da
373 importância do Conselho se apropriar de seu papel institucional e sua relação
374 com os municípios, que estão fazendo milagre para sobreviver, “é importante
375 acompanhar o desenrolar dessas políticas públicas em todos os níveis”,
376 afirmou. **Andréia Cristina Barreto** informou que algumas ações do Sistema de
377 Garantia estão soltas (ligadas ao Planejamento Estratégico), e que foram
378 trazidas para este documento ora apresentado, que provavelmente a Mesa
379 Diretora assumirá, por não estar ligada a nenhuma Comissão específica. Na
380 sequência surgiu discussão de como seriam encaminhadas essas sugestões
381 por e-mail, a forma de consolidar, o prazo para executá-la, e se cada Comissão
382 trabalharia sua temática ou todas ao mesmo tempo. **Andréia Cristina Barreto**
383 interveio argumentando que não é fácil consolidar documento com sugestões
384 de tanta gente, que uma semana antes da plenária tudo deverá estar incluído
385 para ser enviado aos Conselheiros para leitura prévia. Que as contribuições
386 estejam escritas de forma clara, com justificativa de sua inclusão no Plano,
387 facilitando a organização do consolidado final. Diante do exposto foi proposta a
388 realização de uma **plenária extraordinária**, dia **16/03/2011**, às **9h**, para
389 apresentação, discussão e deliberação da versão final do Plano de Ação 2011.
390 A plenária terá como pauta única o Plano de Ação 2011. Esta proposta foi
391 colocada em votação e aprovada por 11 votos a favor. Os Conselheiros
392 Ricardo Augusto Zadra e Claudinei dos Santos Lima se abstiveram de votar.
393 Os Conselheiros deverão **encaminhar suas sugestões o mais rápido**
394 **possível**, pois, uma semana antes desta **plenária extraordinária** a versão
395 final a ser apresentada em plenária, deverá estar pronta para conhecimento

396 prévio dos Conselheiros por e-mail. Terminado a pauta deliberativa passou-se
397 aos informes. **Maria Alice da Silva**, Secretária Executiva da Frente de Defesa
398 informou de convite do Secretário da SEDESE, Dr. Wander José Goddard
399 Borges para falar sobre execução do orçamento em 2011. Na oportunidade
400 pediu que o CEDCA/MG indicasse um representante e que fosse levantada a
401 data da reunião. Neste instante **Ricardo Augusto Zadra** informou que como
402 Coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças não teve acesso a este
403 convite. Não foi indicado ninguém naquele momento e a informação será
404 checada junto à SEDESE. Ainda nos informes, a Conselheira **Andréia Cristina**
405 **Barreto** informou que acontecerá uma reunião dia 11/04/2011 com o
406 CEDCA/MG, o Ministério Público e cinco municípios que ainda não possuem
407 Conselhos Tutelares em Minas Gerais, e possivelmente também não tenham o
408 CMDCA. Na sequência, **Ricardo Augusto Zadra** pediu a palavra para informar
409 que o Grupo de Comunicação se reuniu dia 21/02/11 por solicitação do
410 Presidente, destinada à apresentação do Portal dos Direitos da Criança, feita
411 pela Oficina de Imagens. Foi oferecido ao CEDCA/MG criar um perfil dentro
412 deste portal, onde poderão ser postadas matérias e notícias de relevância para
413 a área da infância em Minas Gerais. O Conselheiro sugeriu que essa mesma
414 apresentação fosse feita em plenária para conhecimento de todos, para que
415 então possa ser deliberado se o Conselho poderá aceitar ou não o convite da
416 Oficina de Imagens. Informou que trouxe a proposta da Oficina de Imagens
417 como um informe do Grupo de Comunicação e aguarda definição da plenária.
418 Em seu entendimento, ainda que a plenária aprove deverá ser consultada a
419 Subsecretaria de Comunicação Social do Estado de Minas Gerais - SEGOV
420 para conhecimento dessa ação do Conselho na área de comunicação do
421 Estado. Devido ao baixo quorum não foi proposta a inclusão da apresentação
422 da Oficina de Imagens na plenária extraordinária do dia 16/03, sendo que a
423 votação da pauta para este dia, foi específica, ou seja, o Plano de Ação 2011.
424 Foi sugerida então a inclusão da apresentação da Oficina de Imagens (Portal
425 da Criança) na plenária ordinária no final do mês de março. Na sequência
426 **Ricardo Augusto Zadra** informou que a Comissão de Orçamento e Finanças
427 se reuniu para avaliar projetos e analisar os valores da execução do FIA 2010,
428 tendo surgido algumas indagações a respeito dos valores, dados que
429 chegaram incompletos ao Conselho. Foi solicitado novo extrato à SEDESE.
430 Finalizando os informes da COF disse que estava colocando o cargo de
431 Coordenador à disposição para a eleição, obedecendo a paridade, de qualquer
432 forma vai esperar as demais Comissões se manifestarem. A Conselheira
433 **Andréia Cristina Barreto** falou da importância do Grupo de Comunicação para
434 o CEDCA/MG, informando que o CONANDA passou pelo mesmo problema, a
435 falta de profissional na área de comunicação para atuar diretamente no
436 Conselho, mas que hoje dispõe de jornalista da Rede Andi. Diante da resposta
437 da SEDESE de que não poderá disponibilizar o jornalista, reiterou a
438 necessidade da apresentação da Oficina de Imagens na plenária ordinária,
439 para que todos os Conselheiros tomem conhecimento do trabalho realizado
440 pela Rede Andi, que apóia o CONANDA nas questões ligadas à comunicação,
441 em Minas Gerais a Oficina de Imagens. Ainda que, a Oficina de Imagens
442 poderá repassar todo o processo que possibilitou a parceria entre a Rede Andi
443 e o CONANDA, para que façamos algo semelhante. Já caminhando para o
444 encerramento da sessão plenária, foi informado que o CONANDA está
445 definindo a realização das Conferências, sendo que a etapa municipal está

446 prevista para 2011 e a estadual e nacional para 2012. Faz-se necessário fazer
447 uma discussão urgente das condições e estrutura que o CEDCA/MG dispõe
448 para realizar tais eventos, em especial a etapa estadual. O Conselheiro
449 **Ricardo Augusto Zadra** falou da questão do recurso, que não se lembra de
450 haver previsão orçamentária para essa despesa. A **Presidência**, verificando
451 que estava esgotada a matéria de pauta, não havendo mais nada a tratar, nem
452 deliberar, declarou encerrada esta sessão plenária, e eu Ana Rita Lopes
453 Pereira lavrei a presente ata que após sua aprovação, é assinada por todos os
454 Conselheiros que desejar na forma e termos regimentais.

455

456 Belo Horizonte, 01/03/2011.